



Comissão de Defesa Nacional

**ATA NÚMERO 20/XV/1.ª SL**

Aos 25 dias do mês outubro de 2022, pelas 15 horas, reuniu-se a Comissão de Defesa Nacional, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

**1 – Apreciação e votação da ata n.º 19/XV/1.ª, correspondente à reunião de 11 de outubro de 2022;**

**2 - Distribuição e nomeação de relator da seguinte iniciativa legislativa:**

**- Projeto de Lei n.º 351/XV/1.ª (PCP) - [Determina a recomposição das carreiras dos militares graduados deficientes das Forças Armadas;](#)**

*(Relator a designar pelo GP do PS)*

**3 – Distribuição e nomeação de relator para a elaboração de parecer sobre a Informação do Gabinete da Ministra da Defesa Nacional, em resposta ao pedido de informação da Comissão sobre a sequência política dada pelo Governo à Resolução da AR n.º 56/2021, 02.02. - «*Recomenda ao Governo o cumprimento da Resolução da Assembleia da República n.º 201/2019, de 18 de setembro, no sentido da elaboração de um estudo sobre a forma como podem ser atribuídos os benefícios constantes na Lei n.º 3/2009, de 13 de janeiro, aos ex-militares do recrutamento local sem registos de carreira contributiva*», bem como sobre o estado de concretização da regulamentação relativa às Leis n.ºs 28/2013, de 12 de abril - *Define as Competências, a Estrutura e o Funcionamento da Autoridade Aeronáutica Nacional* - artigo 17.º (Taxas); e 46/2020, de 20 de agosto - *Aprova o Estatuto do Antigo Combatente* – Artigo 21.º (Repatriamento dos corpos dos antigos combatentes sepultados no estrangeiro).**

*(Relator a designar pelo GP do PS)*

**4 – Discussão e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:**

**- [Proposta de Lei n.º 37/XV/1.ª \(GOV\)](#) - Aprova a Lei das Grandes Opções para 2022-2026;**

*(parecer setorial na área da defesa nacional)*

**Relator: Deputado Pedro Pessanha (CH)**

**- [Proposta de Lei n.º 38/XV/1.ª \(GOV\)](#) - Aprova o Orçamento do Estado para 2023;**

*(parecer setorial na área da defesa nacional)*

**Relator: Deputado João Montenegro (PSD)**



## Comissão de Defesa Nacional

- [Projeto de Lei n.º 282/XV/1.ª \(PCP\)](#) - Autoridade Marítima Nacional;  
Relatora: Deputada Maria da Luz Rosinha (PS)
- [Projeto de Lei n.º 283/XV/1.ª \(PCP\)](#) - Aprova a orgânica da Polícia Marítima;  
Relator: Deputado Paulo Moniz (PSD)
- 5 – Discussão e votação do relatório final relativo à [Petição n.º 331/XIV/3.ª - «Revisão e alteração do sistema remuneratório dos militares»](#);  
Relator: Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD)
- 6 – Discussão e votação do requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para audição da Senhora Ministra da Defesa Nacional sobre a utilização de uma aeronave da agência europeia Frontex nas zonas costeiras do arquipélago dos Açores e a alegada falta de articulação entre o Ministério da Defesa Nacional e o Ministério da Administração Interna;
- 7 - Outros assuntos.

### 1 – Apreciação e votação da ata n.º 19XV/1.ª, correspondente à reunião de 11 de outubro de 2022

Aberta a [reunião](#) pelo Senhor Presidente, Deputado Marcos Perestrello, foi apreciada e aprovada por unanimidade, na ausência da IL, do PCP e do BE, a ata n.º 19/XV/1.ª, correspondente à reunião de 11 de outubro de 2022.

### 2 - Distribuição e nomeação de relator

Em seguida, procedeu-se à distribuição e nomeação do relator da seguinte iniciativa legislativa:

#### PROJETO DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR
PJL 351/XV/1.ª (PCP)	<a href="#">Determina a recomposição das carreiras dos militares graduados deficientes das Forças Armadas</a>	O GP do PS ficou de indicar posteriormente



## Comissão de Defesa Nacional

### **3 – Distribuição e nomeação de relator para a elaboração de parecer sobre a Informação do Gabinete da Ministra da Defesa Nacional no âmbito da sequência política dada pelo Governo à Resolução da Assembleia da República n.º 56/2021, de 2 de fevereiro, e leis não regulamentadas ou parcialmente regulamentadas.**

Foi designado relator do parecer supra identificado o Senhor Deputado Manuel dos Santos Afonso (PS).

### **4 - Discussão e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas**

Em primeiro lugar, foi apreciado o [parecer setorial](#) na área da defesa nacional relativo à [Proposta de Lei n.º 37/XV/1.ª \(GOV\)](#) - Aprova a Lei das Grandes Opções para 2022-2026, que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado Pedro Pessanha (CH). Após as intervenções da Senhora Deputada Cristiana Ferreira (PSD) e do Senhor Deputado Diogo Leão (PS), que destacaram a objetividade e a forma sucinta como foi apresentado, o parecer foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência da IL, do PCP e do BE.

Seguidamente, foi apreciado o [parecer setorial](#) na área da defesa nacional relativo à [Proposta de Lei n.º 38/XV/1.ª \(GOV\)](#) - Aprova o Orçamento do Estado para 2023, que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado João Montenegro (PSD). Após as intervenções dos Senhores Deputados Diogo Leão (PS) e Pedro Pessanha (CH), que saudaram o relator pelo parecer factual e objetivo, o mesmo foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência da IL, do PCP e do BE.

Foi, igualmente, apreciado o [parecer](#) sobre o [Projeto de Lei n.º 282/XV/1.ª \(PCP\)](#) - Autoridade Marítima Nacional, que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Maria da Luz Rosinha (PS), e, no final, submetido a votação, aprovado por unanimidade, registando-se a ausência da IL, do PCP e do BE.

Por último, foi apresentado pelo Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD), em substituição do relator, Senhor Deputado Paulo Moniz (PSD), que se encontrava ausente, o [parecer](#) sobre o [Projeto de Lei n.º 283/XV/1.ª \(PCP\)](#) - Aprova a orgânica da Polícia Marítima, que, no final, foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência da IL, do PCP e do BE.



Comissão de Defesa Nacional

**5 – Discussão e votação do relatório final relativo à [Petição n.º 331/XIV/3.ª](#) - «Revisão e alteração do sistema remuneratório dos militares!»**

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD), relator da Petição em epígrafe apresentou o [relatório final](#) e descreveu sumariamente o objeto da petição, o contexto legal em que a mesma se inseria, as diligências levadas a cabo durante a sua apreciação e a tramitação subsequente que esta deveria seguir, nomeadamente a discussão em reunião plenária.

No final, submetido a votação, o relatório final foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência da IL, do PCP e do BE.

**6 – Discussão e votação do requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para audição da Senhora Ministra da Defesa Nacional sobre a utilização de uma aeronave da agência europeia Frontex nas zonas costeiras do arquipélago dos Açores e a alegada falta de articulação entre o Ministério da Defesa Nacional e o Ministério da Administração Interna**

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) apresentou o [requerimento](#) e explicou o contexto e a motivação do mesmo, sublinhando que as declarações prestadas pela Senhora Ministra da Defesa Nacional sobre o assunto após a apresentação do requerimento não afastavam a pertinência da realização da audição requerida, uma vez que as informações publicadas na comunicação social eram contraditórias, tendo em conta as respostas oficiais da Força Aérea e da Marinha, ficando, por isso, a dúvida sobre se houve, ou não, planificação, troca de informações e articulação entre as várias instituições competentes na mencionada ação complementar de policiamento, que envolveu o pedido de um avião à Frontex, pela GNR, para patrulhar o mar dos Açores. No final, o orador deixou claro o carácter não urgente da realização da audição.

No debate que se seguiu intervieram, além do Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD), os Senhores Deputados Francisco César (PS) e Pedro Pessanha (CH).

O Senhor Deputado Francisco César (PS) começou por referir que o requerimento (tal como as declarações proferidas pelo Senhor Deputado Paulo Moniz (PSD), a propósito



## Comissão de Defesa Nacional

dessa situação) era, no mínimo, de algum alarmismo desnecessário. Reiterou, em primeiro lugar, que era à GNR que competia fazer o patrulhamento do mar dos Acores, dentro das 12 milhas da costa portuguesa, tendo a Frontex disponibilizado um avião para o efeito, missão essa, de vigilância policial, que era complementar à que a Força Aérea e a Marinha vinham desempenhando. Em segundo lugar, quanto ao «caso político», de articulação, ou de falta de articulação, entre este e aquele Ministério, defendeu que o pedido de audição deveria ter sido dirigido ao Ministro da Administração Interna, e não à Ministra da Defesa Nacional e que a apresentação do requerimento, pela sua falta de oportunidade, contribuiria para a estatística dos requerimentos rejeitados, recordando também que se estava a dias da realização da audição regimental da Ministra da Defesa Nacional, no âmbito da discussão do Orçamento do Estado para 2023, na qual poderiam ser colocadas todas as questões.

O Senhor Deputado Pedro Pessanha (CH) esclareceu que o Grupo Parlamentar do Chega entendia que quem tutelava a GNR era o Ministro da Administração Interna e que, por esse motivo, fizera chegar um pedido de esclarecimento sobre o tema ao Ministro da Administração Interna.

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) disse não aceitar que o devido escrutínio da Assembleia fosse qualificado como um ato alarmista, precisamente quando a fiscalização do Governo era um dos deveres do Parlamento. Defendeu que a audição regimental da Ministra da Defesa Nacional, agendada em sede de discussão na especialidade do Orçamento do Estado para 2023, deveria centrar-se precisamente nesse tema, e não noutras questões, e esclareceu que o Grupo Parlamentar do PSD também questionara o Ministro da Administração Interna na 1.ª Comissão, no âmbito da sua competência, mas que sobre a matéria que dizia respeito à defesa nacional – Marinha e Força Aérea – deveria ser questionada a Ministra da Defesa Nacional. Acrescentou, por fim, que o PS usava a maioria absoluta como poder absoluto para chumbar o requerimento, impedindo a Ministra de prestar esses esclarecimentos, sem qualquer alarmismo e com toda a tranquilidade, obstaculizando, uma vez mais, esse exercício de fiscalização pelo Parlamento.

O Senhor Deputado Francisco César (PS) contestou as afirmações proferidas pelo Senhor Deputado do PSD, designadamente a de que o PS poderia fechar o Parlamento



## Comissão de Defesa Nacional

se quisesse, estando a fazer uso de um poder absoluto, quando o que o PS estava a usar era o poder que o povo português lhe atribuiu numa matéria em que já foram prestados esclarecimentos e que, além do mais, não era da competência desta Comissão – admitindo que o CH fez bem em pedir esclarecimentos ao Ministro da Administração Interna. Concluiu dizendo que divergir democraticamente da posição do PSD não era ser «força de bloqueio», tendo o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) reforçado que essa era uma matéria da competência da Comissão de Defesa Nacional, uma vez que estavam em causa declarações do CEMA e do CENFA, negando que tivessem sido informados desse pedido à Frontex, afirmando que a GNR não coordenou com a Força Aérea nem com a Marinha, tendo apresentado a situação como facto consumado.

No final, submetido a votação, o requerimento apresentado pelo PSD foi rejeitado, com votos contra do PS, votos a favor do PSD e a abstenção do CH.

### **7 - Outros assuntos**

O Senhor Presidente recordou que, no dia 4 de novembro de 2022, teria lugar a audição da Senhora Ministra da Defesa Nacional, no âmbito da apreciação, na especialidade, das Propostas de Lei n.ºs 37/XV/1.ª (GOV) – [Aprova a Lei das Grandes Opções para 2022-2026](#), e 38/XV/1.ª (GOV) - [Aprova o Orçamento do Estado para 2023](#), nos termos do n.º 5 do artigo 104.º e do n.º 2 do artigo 211.º do Regimento da Assembleia da República, reunião a realizar conjuntamente com a Comissão de Orçamento e Finanças.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 16 horas e 15 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 25 de outubro de 2022.

**O Presidente da Comissão,**

(Marcos Perestrello)



Comissão de Defesa Nacional

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão (PS)  
Dora Brandão (PS)  
Francisco César (PS)  
Hugo Oliveira (PS)  
Ivan Gonçalves (PS)  
Manuel Dos Santos Afonso (PS)  
Marcos Perestrello (PS)  
Maria Da Luz Rosinha (PS)  
Miguel Dos Santos Rodrigues (PS)  
António Prôa (PSD)  
Carlos Eduardo Reis (PSD)  
Cristiana Ferreira (PSD)  
Joaquim Pinto Moreira (PSD)  
Jorge Paulo Oliveira (PSD)  
Olga Silvestre (PSD)  
Rui Vilar (PSD)  
Pedro Pessanha (CH)  
Sara Velez (PS)  
Helga Correia (PSD)  
João Montenegro (PSD)  
Rui Paulo Sousa (CH)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Sérgio Ávila (PS)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Joana Sá Pereira (PS)  
Ricardo Lino (PS)  
Adão Silva (PSD)  
Patrícia Gilvaz (IL)  
João Dias (PCP)  
Joana Mortágua (BE)